

Superior Tribunal de Justiça

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.748.266 - BA (2016/0302046-2)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
REQUERENTE : SILVINO BERLINK MORAES
ADVOGADO : JORGE SANTOS ROCHA JUNIOR - BA012492
REQUERIDO : ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR : MIGUEL CALMON TEIXEIRA DE CARVALHO DANTAS E OUTRO(S) - BA019260
INTERES. : JOSE ROBERTO DA SILVA LEMOS
INTERES. : EDGARD FRANCISCO AIRES DOS SANTOS
INTERES. : SIGFRID FRAZAO KEYSSELT
INTERES. : CARLOS FREDERICO RODRIGUES
ADVOGADOS : JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO E OUTRO(S) - BA008710
RENATO BAGGIO DA SILVEIRA E OUTRO(S) - DF059481

DECISÃO

O Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Gesivaldo Britto, por intermédio do Ofício n. 1054/2019/CGPRES/TJBA (fls. 1.235/1.239), encaminha a este relator pedido de esclarecimentos, ante o contido em anexo pronunciamento do i. Juiz Gestor do Núcleo de Precatórios, Dr. José Reginaldo Costa Rodrigues Nogueira.

A dúvida levantada radica na determinação contida na letra "D" da decisão de fls. 900/905 destes autos, por intermédio da qual autorizei que o pagamento de valores decorrentes da gratificação de ensino reconhecida aos militares credores pudesse ocorrer sem a incidência do deságio de 40%.

Reexaminando esse específico aspecto, convenço-me, agora, da necessidade de **retificar** tal parcela da decisão, pois como bem alertado na manifestação do zeloso Juiz Gestor do Núcleo de Precatórios, o pagamento das referidas somas pelo "valor cheio", ou seja, sem a incidência do deságio, vulneraria as regras previstas nos Editais 01/2016 e 01/2018, podendo acarretar indesejável quebra da ordem cronológica, tão cara ao regime constitucional de precatórios.

ANTE O EXPOSTO, modifico, em parte, o teor do item "D" do sobredito decisório de fls. 900/905, para esclarecer que, no pagamento dos valores concernentes às gratificações de ensino reconhecidas em favor dos militares credores

Superior Tribunal de Justiça

(verba incontroversa e que sequer é objeto do presente recurso especial), haverá de se observar o deságio de 40%, tal como acordado pelas partes, mantida aquela decisão nos seus demais termos.

Publique-se.

Comunique-se, com **urgência**, a douta Presidência do TJ/BA.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

